

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota Prévia	13
Abreviaturas	15

I PARTE

O DEVER DE RETENÇÃO NA FONTE E OUTROS DEVERES AUTÓNOMOS DE COOPERAÇÃO EM IRS

1º Capítulo

O imposto sobre rendimentos sujeitos a IRS cobrado por retenção na fonte

1. Introdução	19
2. As regras gerais da retenção na fonte	27
2.1 Momento em que a retenção deve ser efectuada	27
2.1.1 Rendimentos sujeitos a retenção no momento do pagamento ou colocação à disposição dos respectivos titulares	30
a) Trabalho dependente (Categoria A)	30
b) Rendimentos profissionais e empresariais (Categoria B)	31
c) Rendimentos de capitais (categoria E)	33
d) Rendimentos prediais (categoria F)	34
e) Incrementos patrimoniais (categoria G)	34
f) Pensões (categoria H)	36
2.1.2 Rendimentos sujeitos a retenção no vencimento, ainda que presumido	36
2.1.3 Rendimentos sujeitos a retenção no apuramento do seu quantitativo	37
2.1.4 Rendimentos sujeitos a retenção no momento da transmissão dos títulos de crédito negociáveis	37
2.1.5 Rendimentos sujeitos a retenção no momento da liquidação da operação de aplicação de capitais	38
2.2 O caso particular dos juros contáveis nas transmissões de títulos de crédito negociáveis ..	38
2.2.1 Transmissões efectuadas segundo a regra do juro nominal líquido. Obrigatoriedade da conta-corrente	38
2.2.2 Operações liquidadas segundo a regra do juro nominal bruto	40
2.3 O caso particular das operações cambiais a prazo e das operações de swaps	42
3. Conceptualização dos factos relevantes para efeitos de retenção	44
3.1 O pagamento ou colocação à disposição	44
3.2 O vencimento	46
3.3 O apuramento do quantitativo	48

4. Rendimentos em espécie	50
5. Locais, prazos e termos do pagamento do imposto retido	52
6. Correções às retenções efectuadas	53
7. Consequências do incumprimento das obrigações de retenção e de entrega nos cofres do Estado do imposto retido	55
7.1 O incumprimento total da obrigação de retenção	55
7.2 O incumprimento parcial da obrigação de retenção	56
7.3 A não entrega ou a entrega fora de prazo nos cofres do Estado do imposto retido	56
7.4 A inobservância do regime do artigo 12º-A do Decreto-Lei nº 42/91	57

2º Capítulo

A retenção sobre rendimentos das categorias A (trabalho dependente) e H (pensões)

1. Princípios gerais	59
2. Procedimentos específicos nas retenções sobre rendimentos do trabalho dependente	66
2.1 Os elementos das tabelas de retenção	66
2.2 A estrutura das tabelas de retenção	71
2.3 O âmbito de aplicação das tabelas de retenção	74
2.4 Procedimentos especiais de aplicação das tabelas de retenção	76
2.4.1 O mecanismo da retenção	78
2.4.2 A retenção sobre rendimentos susceptíveis de reporte	79
2.4.3 A retenção sobre rendimentos imputáveis obrigatoriamente a ano diferente daquele em que se verifica o pagamento ou colocação à disposição	80
2.4.4 A retenção sobre rendimentos reportáveis a mês diferente daquele em que, no mesmo ano fiscal, forem pagos ou colocados à disposição	81
3. A retenção sobre rendimentos sujeitos ao regime especial aplicável aos praticantes desportivos e árbitros	81
4. Procedimentos específicos na retenção sobre pensões	82
5. Retenções sobre remunerações totalmente variáveis de trabalho dependente	83
5.1 Procedimentos específicos de aplicação da tabela prevista no artigo 100.º	84
5.2 Exemplos práticos de aplicação da tabela prevista no artigo 100.º	84
6. A retenção sobre rendimentos de trabalho dependente e sobre pensões obtidos em território português por não residentes	86
6.1 Rendimentos de trabalho dependente	87
6.1.1 Devidos a residentes em Estado com o qual não tenha sido celebrada CDTI	88
6.1.2 Devidos a residentes em Estado com o qual tenha sido celebrada CDTI	88
6.2 Pensões	91
6.2.1 Devidas a residentes em Estado com o qual não tenha sido celebrada CDTI	91
6.2.2 Devidos a residentes em Estado com o qual tenha sido celebrada CDTI	91

3º Capítulo

A retenção sobre rendimentos das categorias B, E, F e G

1. Regras gerais	93
------------------------	----

1.1 Âmbito de aplicação objectiva das taxas de retenção	93
1.2 Âmbito de aplicação subjectiva das taxas de retenção	95
1.3 Âmbito de aplicação das taxas gerais de retenção	101
1.4 O âmbito da substituição das taxas gerais de retenção pelas taxas liberatórias e pelas taxas previstas no n.º 2 do artigo 101.º	102
2. Particularidades da retenção que deva incidir sobre rendimentos obtidos por residentes em território português	104
2.1 Dispensas de retenção	105
2.2 Limitações à retenção	107
2.3 Retenção sobre rendimentos de capitais e prediais assimilados, por preponderância, da categoria B, a rendimentos empresariais e profissionais	108
2.4 Extensão da retenção sobre rendimentos da categoria B	109
2.5 Conta-corrente para as retenções implícitas na transmissão onerosa de títulos de crédito negociáveis	113
3. Taxas de retenção que devem incidir sobre rendimentos obtidos por residentes em território português	116
4. Particularidades da retenção que deva incidir sobre rendimentos obtidos em território português por não residentes	119
4.1 Retenção sobre rendimentos obtidos em território português por pessoas singulares nele não residentes e residentes em Estado com o qual não foi celebrada CDTI	119
4.2 Retenção sobre rendimentos obtidos em território português por pessoas singulares nele não residentes e residentes em Estado com o qual tenha sido celebrada CDTI	121
4.2.1 Regras gerais	121
4.2.2 Limites máximos das taxas de retenção aplicáveis a juros, dividendos e royalties, em face das CDTI celebradas por Portugal	122
4.2.3 Procedimentos de aplicação das CDTI. A Circular n.º 18/99 e a Circular 11/99 ..	129
 4º Capítulo	
Outros deveres autónomos de cooperação	
1. Sistematização	139
2. Deveres autónomos de cooperação conexos com o dever de retenção na fonte	140
2.1 Deveres de natureza contabilística	140
2.2 Deveres de natureza declarativa	145
2.2.1 Deveres de natureza declarativa que têm por sujeito activo o Estado	146
a) O anexo J à declaração anual de informação contabilística e fiscal (art.º 119.º n.º 1 al. c)	146
b) A declaração mod. 130 (artigo 119.º n.º 7)	148
c) A declaração a que se refere o artigo 119.º n.º 2 al. a)	150
2.2.2 Deveres autónomos de cooperação de natureza declarativa que têm por sujeito activo o titular de rendimentos	150
3. Deveres autónomos de cooperação não conexos com o dever de retenção na fonte	153
3.1 A declaração mod. 19 (artigo 119.º n.º 9)	153

3.2 A declaração mod. 14 (artigo 121.º)	154
3.3 A declaração mod. 32 (artigo 122.º)	155
3.4 A declaração mod. 11 (artigo 123.º)	156
3.5 A declaração mod. 13 (artigo 124.º)	160
3.6 A declaração mod. 33 (artigo 125.º)	162
3.7 A declaração mod. 18 (artigo 126.º)	164
3.8 A declaração mod. 15 (artigo 18.º do EBF)	165
3.9 A declaração mod. 16 (Decreto-Lei n.º 204/95)	167
3.10 A declaração mod. 17 (Decreto-Lei n.º 88/94)	168
3.11 Entidades emittentes de valores mobiliários (artigo 120.º)	169
4. A transmissão electrónica de dados como meio privilegiado para a apresentação das declarações à administração fiscal	170
5. Outras declarações a favor dos sujeitos passivos	172
6. Doutrina administrativa	174

II PARTE

DECRETO-LEI N.º 42/91, DE 22 DE JANEIRO, COMENTADO

Artigo 1.º	183
Comentário	184
Artigo 2.º	189
Comentário	189
Artigo 2.º-A	192
Comentário	192
Artigo 3.º	194
Comentário	194
Artigo 4.º	196
Comentário	196
Artigo 5.º	197
Comentário	198
Artigo 6.º	199
Comentário	199
Artigo 7.º	201
Comentário	202
Artigo 8.º	203
Comentário	203
Artigo 9.º	211
Comentário	212
Artigo 10.º	214
Comentário	215
Artigo 11.º	216
Comentário	216

Artigo 12.º	216
Comentário	217
Artigo 12.º-A	217
Comentário	218
Artigo 13.º	225
Comentário	225
Artigo 14.º	227
Comentário	227
Artigo 15.º	228
Comentário	228
Artigo 16.º	231
Comentário	231
Artigo 17.º	234
Comentário	234
Artigo 18.º	235
Comentário	236
Artigo 19.º	239
Comentário	239

ANEXO I

TABELAS DE RETENÇÃO NA FONTE (2003)

1. Tabelas de Retenção aplicáveis a rendimentos de trabalho dependente e pensões auferidos durante 2003 por residentes no território do Continente	243
2. Tabelas de Retenção aplicáveis a rendimentos de trabalho dependente e pensões auferidos durante 2003 por residentes na Região Autónoma dos Açores	251
3. Tabelas de Retenção aplicáveis a rendimentos de trabalho dependente e pensões auferidos durante 2003 por residentes na Região Autónoma da Madeira	259

ANEXO II

MODELOS OFICIAIS

Declaração n.º 97/2000 (2.ª Série) - Declaração anual e anexo J	269
Declaração n.º 134/2003 (2.ª série)	269
Portaria n.º 14/2000, de 15 de Janeiro - Declaração mod. 130	270
Portaria 698/2002, de 25 de Junho - Declarações mod. 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 32 e 33	271
Portaria n.º 1214/2002, de 23 de Outubro - Apresentação por transmissão electrónica de dados das declarações de rendimentos e da declaração anual de informação contabilística e fiscal	273
Modelo 4 - RFI - Pedido de redução do imposto na fonte	275
Modelo 5 - RFI - Pedido de reembolso parcial do imposto	278
Modelo 2 - RFI - Certificado de residência fiscal	281
Bibliografia	285